

A arte e a humanização do homem: afinal de contas, para que serve a arte?

Rose Meri Trojan*

Esta questão tem ocupado por décadas os educadores da área de Educação Artística (particularmente a partir dos anos 80, no processo de revisão dos currículos escolares), com o objetivo de justificar a importância desta disciplina na escola básica.

Contudo, estes esforços não têm convencido a maioria dos professores e alunos, a começar pela prática pedagógica que se desenvolve, mantendo a impressão de inutilidade, de perda de tempo, de “coisa supérflua”. Que importância tem ficar desenhando, fazendo cartões para o dia das mães, ou bandeirinhas para as festas de São João? Devia é ter mais tempo para a leitura, a escrita, o cálculo... Esta posição é assumida até mesmo pelos dirigentes, quando por exemplo, na ocasião da revisão do Núcleo Comum dos Currículos, em 1986, Secretários de Educação de todo o país propuseram a exclusão da Educação Artística.

Esta situação nos remete novamente à questão colocada no início do texto e que parece não ter sido respondida satisfatoriamente. Afinal de contas, para que serve a arte? Para que serve a música, o teatro, a dança, as artes plásticas, o cinema? A resposta mais comum diz respeito ao prazer, ao lazer, ao deleite do espírito, e tem reforçado a idéia de “coisa supérflua”, de luxo, de ocupação ociosa para quem tem tempo (e dinheiro) para freqüentar teatros, cinemas e galerias. Para a grande maioria, que não consegue nem ao menos o seu sustento básico, não é importante.

Só reconhecem a importância da arte os artistas e educadores da área, que enfatizam seu papel no desenvolvimento da famigerada criativi-

* Professora do Departamento de Planejamento e Administração Escolar da Universidade Federal do Paraná.

dade, da expressão das emoções, das habilidades sensíveis e que chegam até ao limite de propor a arte como fundamento para a aprendizagem de todo e qualquer conhecimento.

De certa forma, esta defesa acaba reforçando a idéia do supérfluo. Que importância tem conhecer Mozart ou Leonardo da Vinci, ser sensível e criativo, para o mundo do trabalho, na época dos computadores e satélites? Ou, que importância tem a música erudita, o balé clássico ou a pintura cubista, para uma multidão de analfabetos? Cultura inútil!

No entanto, a arte sobrevive – inutilmente ou não, todo mundo ouve música, dança, assiste a filmes e se preocupa em pendurar nem que seja a gravura de um calendário na parede (não estamos aqui afirmando que tudo é arte ou nos propondo a um julgamento de valor estético, mas destacando a evidência da necessidade de contato das pessoas com objetos ou atividades cujo sentido é predominantemente artístico).

Do Renascimento até hoje, artistas são consagrados e se transformam em ídolos. Os meios de comunicação de massa reservam um espaço significativo para as manifestações artísticas. Por quê? Para quê?

Por mais que se imponha como atividade dispensável, a produção artística não se justifica somente como luxo e decoração para as elites. Prova disso são o rádio e a televisão que, através da veiculação de música, novelas e filmes, ocupam a maior parte das horas de lazer da classe trabalhadora.

Então, para que serve a arte? Se todas as respostas ainda não convenceram, a prática teima em contradizer o mito da inutilidade. O problema que se coloca então é o de encontrar a resposta certa. É preciso fazer uma limpeza no terreno da arte, no processo histórico de sua construção, na obra enquanto mercadoria, no consumo privado, nos desvios provocados pelo modo de produção de nossa sociedade e pelos valores (ou anti-valores) que produziu e produz.

Se o valor da obra de arte se coloca por um lado nos domínios do prazer e da beleza, por outro não escapa da mercantilização. A possibilidade de acesso ao prazer e à beleza está presa à condição de pagar pelo seu preço. Isto significa que, do mesmo modo que o consumo de produtos que atendem às necessidades básicas de sobrevivência (como alimentação, saúde, habitação...), os produtos da arte se apresentam como mercadorias.

Assim, não há possibilidade de escolha entre “o pão de cada dia” e o mais belo espetáculo artístico para a maioria daqueles que, tendo garantida sua subsistência, têm recursos “sobrando” para investir no deleite do espírito. Está dada a sentença!

E agora? Voltamos ao começo: todas as aparências reforçam o papel secundário da arte, mas ainda não dão conta de explicar sua existência. Precisamos mergulhar nestas aparências que se manifestam na vida real dos homens, no seu cotidiano, para encontrar respostas mais convincentes que possam mostrar ou quem sabe até ampliar a importância da arte na existência humana.

O que acontece às pessoas quando entram em contato com alguma forma de manifestação artística? A beleza de um quadro, de uma música, de um filme, nos comove – nos faz rir, chorar, pensar... Por quê?

A história que se passa no filme não tem nada a ver com a nossa história, nem com o nosso tempo, nem com as atividades que desenvolvemos, mas pode nos comover até às lágrimas. Por quê? Talvez a resposta seja a de que comove porque é humana. Por que é humana? Porque mostra a vida dos homens que ontem, hoje e amanhã, são homens – que pensam, agem, trabalham, se relacionam, são felizes e sofrem. É isto que permite que uma peça de Shakespeare tenha validade hoje, quando seu tempo não mais existe. Ou que um filme de ficção futurista mostre fatos que se relacionam com o mundo de agora.

Aqui se põe outro mistério, a ser desvendado: este caráter universal humano que se manifesta numa obra particular. A obra se manifesta historicamente, numa determinada época, de acordo com os seus costumes, com as suas possibilidades, condicionada pelo desenvolvimento científico e tecnológico do seu tempo, mas pode ultrapassá-lo e permanecer.

A *Quinta Sinfonia* de Beethoven ainda é atual porque revela sentimentos humanos que ainda nos perturbam enquanto humanidade. Os ritmos sertanejos toca as pessoas que vivem nas cidades, o *rock* alcança as mais remotas regiões rurais. As emoções revelam a luta dos homens pela superação de sua sobrevivência e conquista da felicidade – ah! o reino da liberdade.

O avanço tecnológico dos meios de comunicação e, contraditoriamente, a necessidade crescente de expansão do mercado capitalista, promovem a universalização da cultura artística, ao mesmo tempo em que reduzem a possibilidade de acesso aos seus produtos. A condição para concretizar o caráter universal da arte está, ao mesmo tempo, dada e negada.

Contudo, esta universalidade não se descola da obra de arte, que se põe como síntese de toda a potencialidade humana – a possibilidade de ser inteiro, perfeito, capaz de realizar tudo. É a história do final feliz, todos querem um final feliz na vida e na arte, ou na arte e na vida...

Por outro lado, revela também a importância dos homens diante do mundo, as limitações, os fracassos, as negações... Leva a refletir, a compreender a realidade humana na sua totalidade.

A beleza e a feiúra do mundo, a realidade e o sonho, fazem parte da arte. A obra artística, enquanto objeto produzido pelo homem, revela o próprio homem – quem ele é e o que pretende ser, aquilo que faz e o que pretende fazer, aquilo de que gosta e o que lhe desgosta, o que lhe dá prazer e o que causa dor. O subjetivo torna-se objeto e o objeto remete ao sujeito.

Todo produto da atividade humana revela o seu criador: o homem. Desde as máquinas e as construções arquitetônicas mais sofisticadas, às elaborações artesanais mais simples como um agasalho de *tricot* ou um “pão feito em casa”. Esta capacidade de humanizar tudo o que toca, criando formas cada vez mais avançadas de atender às suas necessidades, tem como resultado, além da finalidade utilitária do produto, a satisfação da realização, da conquista sobre o que já era dado. A conquista do objeto útil gera a criação da beleza: não é só uma máquina mas é uma forma bela, não é só uma construção mas é uma bela casa, não é só um agasalho mas é uma bela blusa, não é só um pão mas é o pão que eu fiz. É uma beleza!

Esta possibilidade de realização e conquista da beleza se descola do objeto útil (que nos leva, por exemplo, a escolher os utensílios domésticos e as nossas roupas pela sua beleza), e leva à produção de objetos que se diferenciam dos demais por ultrapassar os limites da utilidade imediata e ter como função específica a manifestação do próprio homem, de sua potencialidade.

Esta qualidade da criação humana permite, então, quando esgotado o valor utilitário de um objeto, a permanência do seu valor estético. O que nos leva a admirar aquilo que chamamos hoje de antiguidades – uma velha máquina de costura, um lampião a gás, ou uma pirâmide do Egito.

A obra de arte, portanto, é o sujeito objetivado, é a revelação do homem e da sua capacidade de criação. E, por isso, é assimilada subjetivamente – através da emoção, da reflexão, do pensamento.

Então, por que as pessoas se comovem, se emocionam, mas não se dão conta de sua relação pessoal com a obra e com a humanidade através dela?

A hipótese mais coerente aponta para a polarização entre razão e emoção. Como se a pessoa humana fosse dividida em compartimentos – uma parte pensa, outra se emociona, uma trabalha e outra descansa.

Esta polarização entre razão e emoção se desenvolve no processo de consolidação do modo de produção capitalista, onde o trabalho não deixa espaço para sentimentalismos, onde a qualidade e a quantidade dos produtos está acima da possibilidade de realização humana e do prazer que dela decorre.

Primeiro, relaciona-se com a visão lógico-formal de certo e errado, verdade e engano: se está certo, não pode estar errado e vice-versa. Desse modo, a razão tem fundamento na verdade, na ciência, no controle consciente da ação. E, se assim é, razão é oposta à emoção, pois esta escapa ao controle, é espontânea, instável, irracional.

Em segundo lugar, esta oposição se faz pela separação entre trabalho e lazer. O trabalho é coisa séria, racional, controlada, penosa, enquanto o lazer é fútil, emocional, solto, prazeroso.

Mas, onde fica o limite entre razão e emoção? Se a racionalidade é condição para a construção da ciência e da verdade, não é o único fator que as determina – a verdade é histórica e se transforma à medida que o conhecimento científico avança e ultrapassa limites, a verdade de ontem já não tem validade hoje. A emoção não dispensa a razão, nem sempre é descontrolada e espontânea – mas leva o homem a agir, acompanha sua realização e pode contribuir para explicá-lo.

Se razão e emoção não são, por certo, sinônimos, nem por isso se excluem, nem por isso se contrapõem. Razão e emoção são qualidades humanas, que se dão no pensamento e se concretizam em ações, ao mesmo tempo e de diferentes maneiras. Cabe explicar como se dão, historicamente, as manifestações racionais e emocionais dos homens e encontrar suas relações. Talvez seja esta uma das respostas que procuramos para recompor o ser humano enquanto uma totalidade indivisível, plena, omnilateral.

Desta forma, poderemos fazer uma análise concreta da dicotomia entre o prazer e o não-prazer, entre o lazer e o trabalho, ou seja, entre a arte e o trabalho.

Mas se a atividade artística é considerada como não-trabalho, como ocupação para as horas de lazer, nem por isso deixou de se submeter às leis da produção geral – transformou-se, como os demais produtos, em mercadoria.

E assim, transformando-se em mercadoria, tornou-se objeto supérfluo, luxo para aqueles que podem dispor de recursos que ultrapassam os limites das necessidades básicas de sobrevivência. Por um lado, o acesso à arte consagrada e valorizada socialmente ficou restrito a um público se-

leto. E, por outro, passou a agregar valor aos objetos úteis (como, por exemplo, os móveis domésticos e as roupas) através do refinamento estético e do embelezamento das formas, tornando-os também objetos de luxo.

Se analisarmos historicamente o nascimento da arte (ou daquilo que hoje chamamos de arte), constatamos que esta surge no próprio objeto útil através da decoração dos utensílios e das ferramentas. São inúmeros os exemplares de cerâmica, artefatos de pedra ou de osso que apresentam pinturas e gravações. E é justamente ultrapassando o valor de uso do objeto e acrescentando a ele o valor estético (enquanto valor humano, beleza e significado) que se torna possível ao homem produzir objetos que explicitem especificamente este sentido, independentemente de sua utilidade prática, imediata. É o que podemos perceber nas pinturas das cavernas, nas estatuetas de terracota e depois nos murais, quadros, filmes etc...

Esta produção que tem origem no objeto útil e que dele se descola, a ele retorna à medida que se desenvolve o processo de divisão e complexificação do trabalho. À medida que todo consumo se torna privado e que todo produto se torna mercadoria, o objeto artístico tem que se submeter à lógica do capital.

Não existem mais mecenas e protetores das artes, não existem mais “artistas oficiais” patrocinados pelos monarcas, não há condições para que os homens trabalhem para obter seu sustento e se ocupem ao mesmo tempo com a arte...

Assim, os artistas tornam-se trabalhadores, profissionais da área, que precisam comercializar seus produtos. É deste modo que uma atividade por princípio não-produtiva se insere no mercado, ou seja, torna-se trabalho produtivo e passa a gerar riqueza. Os teatros e cinemas são espaços fechados para que se possa “pagar a entrada”, as pinturas são quadros/objetos que se pode vender, as músicas são gravadas em discos, as poesias impressas em livros, e assim por diante...

Neste sistema, o que era incompatível passa a ser compatível e impõe a solução de um problema: como definir o valor de uma obra de arte? O valor de um produto do trabalho se define pelo seu custo de produção (matéria-prima, insumos, tempo de trabalho necessário etc.). Ora, partindo do valor estético do objeto (que teria como função expressar o homem e a sua humanidade) não se pode estabelecer o valor de troca de uma poesia considerando o tempo que o poeta dispôs para compô-la, ou de uma pintura considerando o custo da tela e das tintas, pois a essência desta produção não é material: são as palavras, as imagens, os sons que utilizam de

algum “suporte” para tornar objetiva a compreensão que estabelecem com os outros, com a natureza, com o trabalho... e consigo mesmos.

Desse modo, são criados artificialmente critérios que possibilitam a produção, distribuição e consumo dos objetos artísticos. E podemos afirmar que são artificiais, porque não é difícil perceber a diferença entre o consumo e a propriedade privada dos objetos úteis e dos artísticos. O alimento, o vestuário, os utensílios pessoais, são consumidos pessoalmente. A música que eu ouço, o quadro que eu vejo, a peça teatral a que eu assisto, pode ser ouvida, visto e assistida por milhares de pessoas sem que se “desgastem” e sem que se “reduza” o seu valor ou durabilidade.

É preciso, pois, analisar “a solução” que se encontrou para o “problema” de valor de mercado da obra de arte. Precisamos desmontar estes critérios, que hoje temos como naturais, tais como a criatividade e a originalidade, e os confrontarmos com as formas de satisfação estética presentes nas atividades cotidianas dos homens no mundo moderno. É preciso desmascarar o fetiche desta mercadoria. O que é criação, e o que não é? O que é original, e o que não é? E que fatores permitem dar mais valor ao objeto mais criativo e original? E, ainda, qual é a razão objetiva que nos permite afirmar que são estes os critérios efetivamente artísticos?

A atividade humana é essencialmente criadora – resulta da ação intencional do homem para transformação da realidade, para responder de forma cada vez mais satisfatória às suas necessidades básicas de sobrevivência e a tantas outras que são criadas no seu processo de humanização. A criatividade está presente no trabalho material e não-material, na atividade produtiva e não-produtiva, à medida em que acrescenta transformações/ inovações nos objetos, a fim de que estes cumpram melhor a sua finalidade. Mas o que permite valorizar um objeto em relação a este critério não é especificamente seu grau de inovação, mas sua relação com a finalidade pretendida. Desse modo, a criatividade considerada em si mesma não tem sentido, é vazia, destituída de significado,... supérflua.

Talvez seja esta a razão que torna o produto artístico inútil e supérfluo – desligar o valor da criação de sua finalidade não tem sentido!

Por outro lado, a originalidade está intimamente ligada à criatividade – todo objeto original é produto da criação, da inovação – o que nos leva ao mesmo beco sem saída. O original só tem sentido quando satisfaz uma necessidade. Mas o sentido de original, hoje, nos remete a outro significado, o de exclusivo, único, irrepetível. Este sentido se relaciona à propriedade privada de algo que é único no mundo: um quadro de Van Gogh,

um manuscrito do século XVIII... ou um vestido assinado por Saint-Laurent!

A mercantilização da obra de arte subverte então a sua finalidade. A propriedade privada se opõe ao caráter universal da arte; aquilo que tem a função de comunicar através de imagens e sons a percepção do homem sobre a realidade e sobre si mesmo é incompatível com a restrição do consumo individual e privado. Para cumprir sua função humanizadora e satisfazer a necessidade de prazer estético, a obra de arte precisa ser compartilhada, difundida, acrescida de muitos olhares e significados.

Este processo de mercantilização, tendo em vista a estrutura de nossa sociedade dividida em classes, traz outras implicações. O mercado artístico não sobrevive apenas da comercialização dirigida às elites: pela própria essência do capitalismo, precisa se expandir, atingir sempre um maior público consumidor. Se partirmos do pressuposto de que a atividade artística responde a uma necessidade humana, queremos crer que esta não é privilégio das elites possuidoras – o privilégio está no acesso, na possibilidade de consumo privado – e que, portanto, existe um mercado disponível, mas que não dispõe de condições materiais para usufruir do luxo de uma obra original. Desse modo, passamos a ter vários “tipos” de arte: arte erudita, arte popular, arte de massas...

Por um lado, a impossibilidade de acesso aos instrumentos e técnicas mais refinadas leva as classes subalternas a produzirem artisticamente de forma menos elaborada. E, por outro, esta mesma impossibilidade determina a “necessidade” de produzir objetos mais “baratos”, para que possam ser consumidos por um público maior. Desse modo, temos os artistas populares, os artesãos (que nem sequer merecem a denominação de artistas) e a produção em série que, de um modo ou de outro, satisfazem a necessidade de acesso à arte daqueles que não podem pagar ou que podem pagar menos.

Se não pudermos pagar pela apresentação de uma orquestra ou grupo teatral, ouvimos um programa de rádio ou assistimos a uma novela na televisão. Se não podemos compor uma sinfonia, temos uma modinha de viola; se não temos ópera, temos carnaval, e assim por diante. Tal como os demais produtos, os artísticos são hierarquizados na sua produção e valorização de acordo com o “público” (classe social) a que se destina.

Contudo, ao discriminar o processo de produção e distribuição da arte através de critérios arbitrários, o sistema capitalista prejudica, de modo implacável, a todos os produtores e consumidores, indistintamente.

Ao definir o valor de troca destes produtos, apoiado nos critérios da criatividade e originalidade descolados de sua finalidade, retira o conteúdo da obra e reduz a capacidade de sua compreensão e, conseqüentemente, distorce o prazer estético.

De um lado, os consumidores da elite têm o prazer do acesso aos produtos mais refinados e a propriedade privada de originais, e a grande massa tem o prazer de ter contato com os artistas famosos que aparecem na televisão, numa apresentação de auditório ou em revistas especializadas. E à grande maioria, aqui independentemente da origem de classe, é negada a possibilidade de compreender de modo mais humano, com maior profundidade, o conteúdo da obra de arte.

De outro lado, os produtores/artistas (também classificados pela sua origem de classe ou pelo público a que se destinam) também sofrem os efeitos deste sistema. Ou produzem de forma menos elaborada por falta de condições técnicas e materiais (a chamada arte popular) ou produzem diferenciadamente para os diferentes públicos (como, por exemplo, atores que se apresentam no teatro e na televisão).

Aqui, nos deparamos com outros problemas que merecem maior aprofundamento: tanto produtores quanto consumidores têm acesso diferenciado ao conhecimento técnico necessário para a produção de várias formas de representação artística; tanto uns quanto outros sofrem influência da mídia e do mercado na formação do gosto estético; uns e outros, inocentemente ou não, contribuem (especialmente através dos meios de comunicação de massa) para consolidar a hegemonia necessária para a manutenção do modo de produção capitalista.

Cada uma destas questões merece um estudo à parte, como também produz reflexos na realidade humano-social em geral e na produção, distribuição e consumo da arte em particular. Esta problemática nos remete à preocupação enunciada no início do texto: a função da arte na sociedade e na escola. Eis que não se pode resolver o problema da Educação Artística na escola sem recuperar a função da arte para o homem.

Assim, se não podemos prescindir do prazer estético, é indispensável tornar claro o porquê – esta difusa, inexplicável sensação de que arte é supérfluo, é luxo, mas é algo de que não podemos abrir mão. Por quê?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CANCLINI, Néstor García. *A socialização da arte: teoria e prática na América Latina*. São Paulo: Cultrix, 1984.
- KOPNIN, P. V. *A dialética como lógica e teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal, lógica dialética*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- LUKÁCS, Georg. *Introdução a uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. 4. ed. São Paulo : Nova Cultural, 1987.
- SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. *As idéias estéticas de Marx*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.